

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores



O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.....	47
--	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

Ricardo Paes de Barros,

Rosane S. Pinto de Mendonça

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

POBREZA, COR E TRABALHO INFANTO- JUVENIL

Ricardo Paes de Barros *(IPEA)*

Eleonora Cruz Santos *(IPEA)*

Rosane Silva Pinto de Mendonça *(PUC)*



Capítulo

2

Índice

I. As consequências da pobreza sobre a infância e a adolescência

II. Consequências de longo prazo do trabalho precoce

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência*

Ricardo Paes de Barros (IPEA)

Rosane Silva Pinto de Mendonça (PUC)

1. Introdução

Pobreza é um fenômeno tão mais preocupante quanto mais graves forem suas conseqüências. Estas conseqüências, por sua vez, são tão mais graves quanto mais a sociedade permite que o bem-estar dos menores seja sensível ao nível de renda das famílias a que pertencem. Uma alta sensibilidade do bem-estar destes à renda doméstica, numa sociedade onde haja pobreza e elevada desigualdade de renda, preocupa não só pela injustiça social advinda da concentração das privações derivadas da pobreza em um subgrupo de menores mas, acima de tudo, por caracterizá-la como sendo uma sociedade onde não prevalece a igualdade de oportunidades. Isto é, na medida em que se permite que os menores nascidos em famílias pobres sejam duramente afetados de forma a comprometer seu desempenho econômico futuro, fecha-se, assim, o círculo da pobreza: os menores pobres de hoje constituirão, com maior probabilidade, as unidades familiares pobres de amanhã.

Neste trabalho investigamos algumas das conseqüências da pobreza sobre o bem-estar de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos e, portanto, alguns dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. Especificamente, com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1987, descrevemos como a freqüência à escola e a entrada de menores¹ no mercado de trabalho se relacionam com o nível de renda da unidade doméstica a que pertencem. A análise é conduzida por gênero e idade dos menores, e também de acordo com a região de residência. O objetivo desta classificação é verificar se as conseqüências da pobreza são diferenciadas segundo essas dimensões. Em outras palavras, procuramos responder a perguntas tais como: é o bem-estar das meninas mais sensível aos recursos econômicos dos seus pais e parentes

(*) Gostaríamos de agradecer a Jaime Pontes, Renata Patrícia Jeronimo e Valéria Lúcia Pero pelo excelente apoio a esta pesquisa. Gostaríamos também de agradecer a Ruben Cervini, cujos comentários a versões anteriores deste trabalho levaram a substanciais alterações.

1. Neste trabalho entende-se como menores o conjunto das crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos.

do que o bem-estar dos meninos? São as crianças mais afetadas pela pobreza do que os adolescentes? É o bem-estar das crianças e adolescentes mais dependente dos recursos de suas famílias em áreas mais desenvolvidas, como a região metropolitana de São Paulo, ou em áreas mais pobres, como a região metropolitana de Fortaleza? Conhecer em que grupos sociais as conseqüências da pobreza são mais graves é essencial para a formulação de políticas públicas compensatórias que possam efetivamente atenuá-las.

Este trabalho encontra-se organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte são introduzidos o universo de análise e os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho. A terceira seção investiga a relação entre as taxas de participação no mercado de trabalho e a freqüência à escola com a idade, o gênero e a região metropolitana. A quarta seção analisa a sensibilidade destas duas taxas aos recursos das unidades domésticas em que os menores vivem, diferenciadas por idade, gênero e região de residência. Finalmente, a quinta seção resume as principais conclusões do trabalho.

2. Universo de análise e conceitos básicos

O universo de análise foi restrito aos membros do domicílio² com idade entre 7 e 17 anos, cuja situação no domicílio não seja a de chefe ou de cônjuge, em três regiões metropolitanas brasileiras: Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre. Como fonte de informações utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD-1987 —, que gerou uma amostra com 8.686 menores. Destes, 31% estão na faixa de 7 a 9 anos, 44% entre 10 e 14 anos e 25% entre 15 e 17 anos. A distribuição detalhada da amostra por Região Metropolitana, gênero e faixa etária encontra-se na Tabela A-1 em anexo. O requerimento de uma idade mínima de 7 anos é natural dado que uma das variáveis que procuramos explicar é a freqüência à escola. De fato, 7 anos é a idade típica em que uma criança inicia a 1ª série do 1º grau.

Ao estudarmos a participação no mercado de trabalho, apenas menores com 10 anos ou mais são considerados uma vez que esta é a idade mínima para a coleta de informações sobre participação no mercado de trabalho pela PNAD. Considerou-se que um menor pertence à população economicamente ativa se este tinha trabalho na semana de referência da pesquisa ou procurou trabalho nos últimos dois meses³.

2. Considera-se como membros do domicílio: o chefe, o cônjuge, os filhos, os parentes e os agregados. Exclui-se os pensionistas, empregados domésticos e seus familiares. Foram considerados na análise apenas os domicílios particulares.

3. Cumpre lembrar que o IBGE utiliza uma definição mais restritiva. Segundo a definição do IBGE, uma pessoa pertence à população economicamente ativa se possui trabalho ou tiver procurado trabalho na semana anterior a pesquisa.

Um dos pontos fundamentais deste trabalho é a análise de como a participação de menores no mercado de trabalho e sua frequência à escola dependem dos recursos das unidades domésticas a que pertencem. Em princípio, a renda domiciliar *per capita* ou a renda familiar *per capita* seriam candidatos naturais como medidas dos recursos domésticos. Contudo, a renda domiciliar ou familiar inclui a renda dos menores que trabalham e, portanto, não só afeta a decisão do menor trabalhar, como também é afetada pela participação destes no mercado de trabalho.

Quando a renda domiciliar inclui os rendimentos dos menores, observa-se uma relação em forma de U-invertido entre a taxa de participação de menores na força de trabalho e a renda domiciliar *per capita*. Esta relação é, na verdade, o artefato de uma combinação (1) da relação inversa natural entre taxa de participação e renda domiciliar *per capita*, e (2) da associação direta entre estas variáveis, para baixos níveis de renda, induzida pela inclusão na renda domiciliar dos rendimentos dos menores.

Assim sendo, decidiu-se utilizar como uma medida dos recursos domésticos o somatório da renda dos membros adultos⁴ do domicílio, dividido pelo número total de membros do domicílio⁵.

3. Participação no mercado de trabalho e frequência à escola

3.1. Idade

Im termos gerais, tanto a taxa de participação no mercado de trabalho como a taxa de não-frequência à escola (para crianças com mais de 9 anos) crescem acentuadamente com a idade (veja Tabela 1). A taxa de participação é sempre crescente, ao passo que a taxa de não-frequência à escola decresce ligeiramente entre as idades de 7 a 9 anos para, então, a partir dos 10 anos, crescer de forma acelerada. De fato, estas variações com a idade são muito superiores às variações por gênero e região metropolitana que iremos analisar abaixo.

Conforme a Tabela 1 ilustra, um significativo contingente de crianças de 10 a 12 anos encontra-se no mercado de trabalho e fora da escola, demonstrando

4. Por definição, os membros adultos do domicílio são todos aqueles que não são menores, isto é, o chefe, o cônjuge e, sempre que maiores de 17 anos, os filhos, outros parentes e agregados.

5. Masters (1969), em seu artigo sobre o efeito da renda familiar sobre a educação das crianças, utiliza como medida dos recursos domésticos a renda familiar sem incluir os rendimentos dos menores.

que tanto a compulsoriedade do ensino primário, como a proibição legal do trabalho de menores de 12 anos estão longe de serem cumpridas.

Diversos estudos têm procurado descrever as razões do crescimento destas taxas com a idade (veja, por exemplo, Pires, 1988 e Barros & Mendonça, 1990). Estas razões podem ser agrupadas em três categorias. Em primeiro lugar, tem-se explicações baseadas na crescente atratividade do mercado de trabalho com a idade: os salários crescem, talvez como uma consequência do crescimento da produtividade com a idade; além disso, a oferta de empregos com melhores condições de trabalho, como, por exemplo, empregos com carteira, torna-se mais freqüente à medida que as restrições legais ao trabalho tendem a se reduzir, quando se considera menores com idades cada vez mais avançadas. Em segundo lugar, a compulsoriedade e, talvez, a atratividade da escola tendem a se reduzir com a idade. A queda da atratividade da escola com a idade deve-se, por sua vez, tanto à repetência, quanto à insatisfação ou desilusão com o sistema educacional. Finalmente, a crescente independência, com a idade leva não só a uma maior demanda por um orçamento próprio, como também ao acesso a locais e horários de trabalho antes não permitidos. Estes três fatores em conjunto se complementam levando a uma crescente preferência pelo trabalho. Com freqüência, estudar passa a ser uma atividade noturna e, finalmente, é abandonada.

3.2. Gênero

Tanto a taxa de participação no mercado de trabalho como a taxa de não-frequência à escola são diferenciadas por gênero, sendo que aquela é bastante inferior entre as meninas, enquanto esta é apenas ligeiramente inferior (veja Tabela 1). Em outras palavras, o mercado de trabalho surge como bem mais atraente ou acessível aos meninos, ao passo que a escola aparece como mais atraente às meninas.

Uma taxa de participação no mercado de trabalho mais baixa entre as meninas do que entre os meninos é um fato universalmente observado. Este fato é em parte explicado por um mercado de trabalho menos atraente quando visto pelas meninas, devido aos salários mais baixos a elas oferecidos. Além disso, fatores culturais podem estar também induzindo a uma menor taxa de participação entre as meninas devido tanto a um tradicional maior envolvimento destas nos afazeres domésticos, quanto a um maior não consentimento familiar para certas ocupações e locais ou horários de trabalho.

Por outro lado, uma maior taxa de não-frequência à escola entre os meninos do que entre as meninas é um fato raro em países em desenvolvimento. Em geral, existe nestes países um considerável viés educacional contra as meninas. Como a educação da mãe é um importante determinante do estado nutricional, da taxa de mortalidade e da freqüência à escola das crianças, o viés contra a educação feminina existente nestes países tem sido uma das causas pelas quais estes países têm encontrado sérias dificuldades em melho-

Tabela 1

**Taxas de participação na força de trabalho e não-frequência à escola,
segundo a faixa etária, gênero e região metropolitana
—1987—**

(%)

Região Metropolitana	Homem				Mulher			
	7-9	10-12	13-14	15-17	7-9	10-12	13-14	15-17
Taxa de participação								
Fortaleza	—	7,4	17,5	46,6	—	3,7	9,2	25,4
São Paulo	—	5,0	24,3	66,9	—	1,1	12,5	46,0
Porto Alegre	—	5,8	26,9	62,2	—	3,1	15,1	37,6
Taxa de não-frequência								
Fortaleza	11,9	10,8	15,5	34,7	13,8	12,6	16,5	29,0
São Paulo	6,3	3,8	17,7	36,5	4,6	4,0	12,8	35,1
Porto Alegre	11,7	8,5	23,1	47,5	10,7	9,4	23,9	37,6

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.

rar seus indicadores sociais. A ausência deste viés no sistema educacional brasileiro é, portanto, um importante fator que facilitará, se complementado por outras políticas sociais, a redução da desnutrição e da mortalidade infantil no país.

3.3. Região metropolitana

Os resultados referentes às variações nas taxas de participação no mercado de trabalho e não-frequência à escola por região metropolitana são bastante surpreendentes. Tem-se que Fortaleza — que é considerada das três a mais pobre, menos desenvolvida e com pior infra-estrutura social — é a região não só com a menor taxa de não-frequência à escola (no caso dos adolescentes de 13 a 14 e de 15 a 17 anos), como também a região com a menor taxa de participação de menores na força de trabalho (veja Tabela 1). Comparando-se São Paulo e Porto Alegre, tem-se que a taxa de participação no mercado de trabalho é ligeiramente maior em São Paulo, enquanto a taxa de não-frequência à escola é significativamente maior em Porto Alegre.

Estas diferenças regionais parecem indicar que, contrariamente à ênfase dada na literatura, as decisões dos menores de trabalhar e abandonar a escola são decisivamente influenciadas pela atratividade do mercado de trabalho em que se inserem. Assim, em São Paulo e Porto Alegre, onde os salários ofertados são mais elevados e as chances de obter um emprego com carteira mais altas, as taxas de participação no mercado de trabalho são mais elevadas, levando, como consequência, a uma maior taxa de não-frequência à escola. É surpreendente que a qualidade das escolas, que deve ser maior em Porto Alegre e São Paulo do que

em Fortaleza, não atue com força suficiente para neutralizar a maior atratividade do mercado de trabalho e levar a uma menor taxa de não-frequência à escola nessas regiões.

4. As conseqüências diferenciadas da pobreza⁶

Nesta seção analisamos a sensibilidade das taxas de participação e não-frequência à escola com relação aos recursos domésticos, diferenciando-as por idade, gênero e região metropolitana.

Utilizando a nossa definição para recursos domésticos, podemos observar que tanto a taxa de participação na força de trabalho como a taxa de não-frequência à escola dos menores encontram-se inversamente relacionadas com os recursos das unidades domésticas em que vivem⁷ (veja Tabela 2). Lembra-se que segundo esta definição, os recursos domésticos não incluem os rendimentos dos menores.

Caso a renda dos menores seja incluída, essa relação inversa entre taxa de participação no mercado de trabalho e renda domiciliar *per capita* não é mais observada. De fato, ao usarmos como medida dos recursos domésticos a renda domiciliar como usualmente

6. Os resultados desta seção foram retirados dos modelos desenvolvidos em Barros & Mendonça (1990).

7. No caso da região metropolitana de São Paulo, a taxa de não-frequência à escola não segue o mesmo padrão das demais regiões.

Tabela 2

Taxas de participação na força de trabalho e não-frequência à escola segundo a faixa etária, região metropolitana e classes de renda⁸ dos adultos *per capita* — 1987 —

(%)

Região	10 a 14				15 a 17			
	0-1/2	1/2-1	1-2	>2	0-1/2	1/2-1	1-2	>2
Metropolitana								
Taxa de participação								
Fortaleza	12,9	5,2	1,7	0,8	47,8	28,3	28,4	8,7
São Paulo	14,2	11,5	7,4	5,7	65,9	65,8	56,9	42,0
Porto Alegre	22,0	13,0	8,4	2,5	75,4	62,2	50,6	20,7
Taxa de não-frequência								
Fortaleza	12,3	7,0	1,7	1,6	44,2	33,9	34,1	8,7
São Paulo	6,8	10,6	10,5	6,1	38,6	63,7	60,7	49,2
Porto Alegre	16,3	14,0	11,6	3,2	61,7	61,1	59,0	27,2

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.

definida, isto é, incluindo a renda de todos os membros, a relação entre taxa de participação no mercado de trabalho e renda domiciliar *per capita* passa a ter a forma de U-invertido, com um pico em torno de um salário-mínimo *per capita*, similar à encontrada na literatura (veja Silva *et alii*, 1988).

4.1. Idade

Com respeito à idade dos menores (veja Gráficos 1a e 1b)⁹ os resultados indicam que a sensibilidade aos recursos domésticos, tanto da taxa de participação no mercado de trabalho como da taxa de não-frequência à escola decrescem com a idade. Em outras palavras, as decisões de participar no mercado de trabalho e abandonar a escola entre adolescentes tendem a ser mais independentes dos recursos da unidade doméstica em que vivem do que as correspondentes decisões entre crianças. Em suma, dada a crescente independência dos menores com a idade, os impactos da pobreza tendem a ser mais sérios entre as crianças do que entre os adolescentes.

4.2. Gênero

Quanto ao gênero, obtivemos que a sensibilidade aos recursos domésticos, tanto da taxa de participação no mercado de trabalho como da taxa de

não-frequência à escola, é a mesma para meninos e meninas (veja Gráficos 2a e 2b). Em outras palavras, meninas e meninos são igualmente afetados pela pobreza das unidades domésticas em que vivem.

Uma vez que a educação da mãe é um importante mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, é importante observar que caso as famílias pobres brasileiras concentrassem os impactos da pobreza sobre os menores do sexo feminino, então os níveis de transmissão intergeracional da pobreza no Brasil seriam ainda mais elevados do que já são. Assim, o fato de não termos uma evasão escolar viesada contra as meninas é um aspecto positivo do ponto de vista da transmissão da pobreza.

4.3. Região metropolitana

Os resultados sobre a sensibilidade diferenciada das taxas de participação no mercado de trabalho e não-frequência à escola por região metropolitana são surpreendentes. Em princípio, dever-se-ia esperar que a sensibilidade aos recursos domésticos destas duas taxas fosse maior nas regiões com pior infraestrutura social. A idéia é que, em regiões com melhor infraestrutura social, como, por exemplo, com escolas de melhor qualidade, a tendência seria de as decisões dos menores abandonarem a escola e entrarem no mercado de trabalho serem menos sensíveis aos recursos das unidades domésticas em que vivem.

Com base nesta argumentação, a sensibilidade das taxas de participação no mercado de trabalho e não-frequência à escola aos recursos domésticos deveria ser maior em Fortaleza e menor em Porto

8. Em salários-mínimos.

9. Os gráficos nesta seção foram extraídos de Barros & Mendonça (1990).

Gráfico 1a

Taxa de participação no mercado de trabalho: Homens — São Paulo

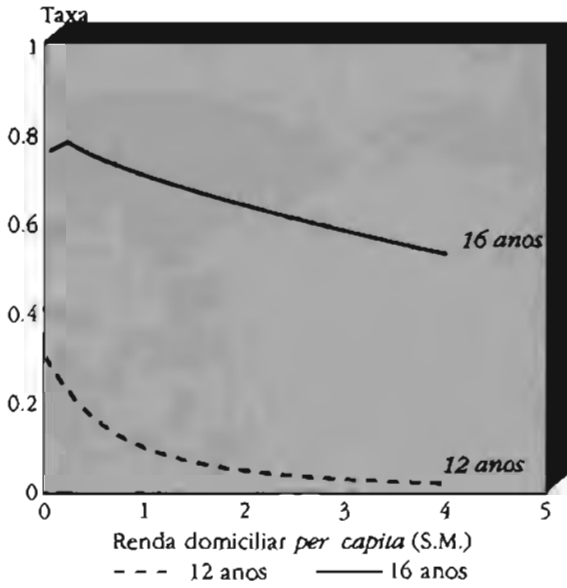


Gráfico 1b

Taxa de não-frequência à escola: Homens — São Paulo

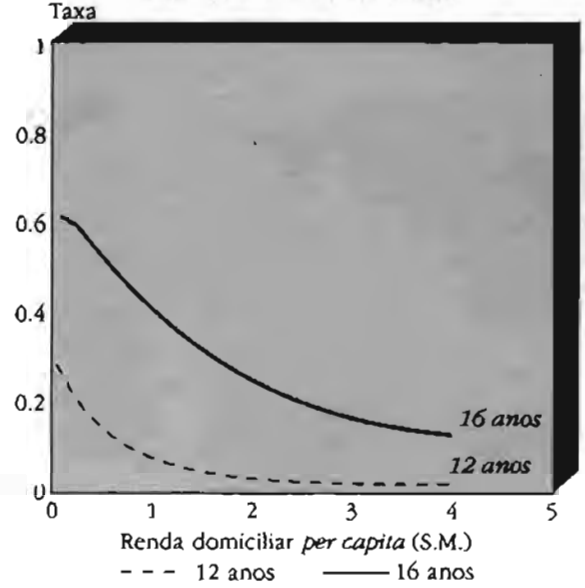


Gráfico 2a

Taxa de participação no mercado de trabalho: 16 anos — São Paulo

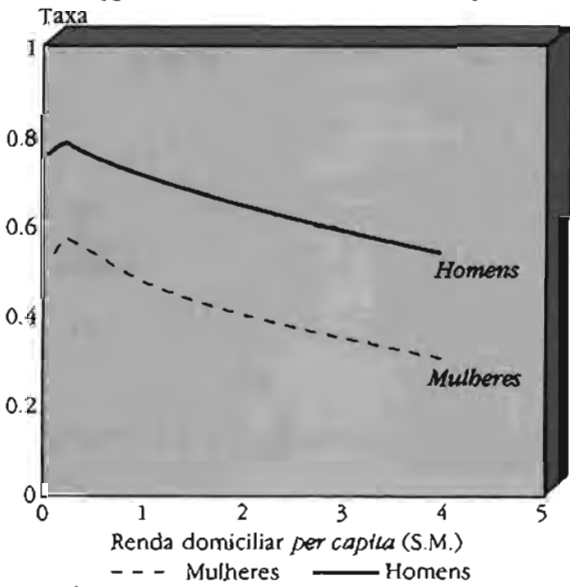
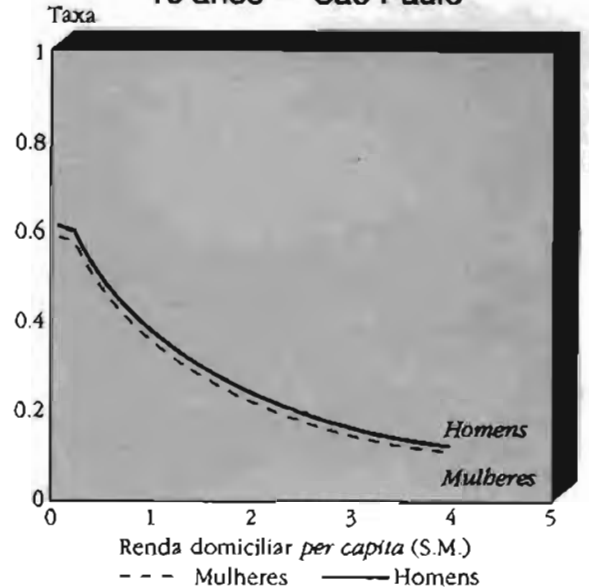


Gráfico 2b

Taxa de não-frequência à escola: 16 anos — São Paulo



Alegre, com São Paulo ocupando uma posição intermediária, se acreditamos ser este o inverso da ordenação destas regiões, segundo a qualidade da infra-estrutura social. Nossos resultados confirmam esta previsão para a posição relativa a Fortaleza e São Paulo (veja Gráficos 3a e 3b). Os resultados para Porto Alegre são inesperados: não só Porto Alegre revela níveis de sensibilidade aos recursos domésticos superiores a São Paulo como, no caso da taxa de participação no mercado de trabalho, a sensibilidade é tão elevada quanto a estimada para Fortaleza.

5. Sumário

Neste trabalho mostramos que a taxa de participação de menores no mercado de trabalho e a taxa de não-frequência à escola são (a) crescentes com a idade, (b) mais baixas para as meninas do que para os meninos, (c) em São Pau-

Gráfico 3a

Taxa de participação no mercado de trabalho: 16 anos — Homens

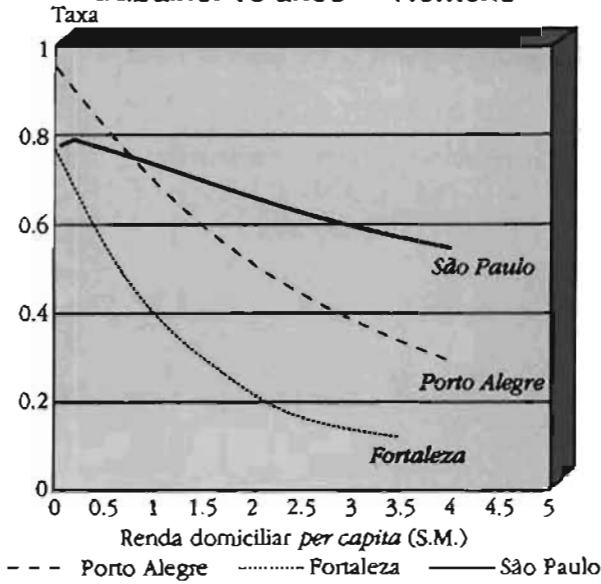
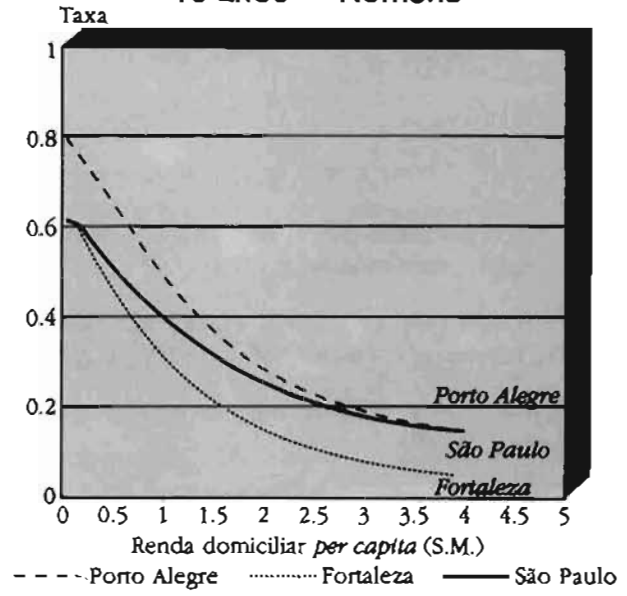


Gráfico 3b

Taxa de não-freqüência à escola: 16 anos — Homens



lo e Porto Alegre do que em Fortaleza e (d) decrescentes com os recursos da unidade doméstica em que vivem.

Dentre estes fatos merece destaque, em primeiro lugar, o fato de as meninas possuírem uma maior taxa de freqüência à escola do que os meninos. Como dissemos, esta é uma característica rara em países em desenvolvimento, nos quais existe, em geral, um considerável preconceito contra a educação das meninas. Como a educação da mãe é um determinante do bem-estar das crianças, a ausência de tal preconceito no sistema educacional brasileiro é um importante fator que, complementado por outras políticas sociais, poderá facilitar a redução da desnutrição e da mortalidade infantil no país.

Em segundo lugar, destacamos o fato de a taxa de participação no mercado de trabalho ser menor e a taxa de freqüência à escola maior em Fortaleza do que nas regiões metropolitanas mais ricas e desenvolvidas do Sul e Sudeste. Estas diferenças regionais parecem indicar que as decisões dos menores de trabalhar e abandonar a escola são decisivamente influenciadas pela atratividade do mercado de trabalho em que se inserem, e não pela escassez de recursos das unidades domésticas em que vivem. Assim, em São Paulo e Por-

to Alegre, onde os salários ofertados são mais elevados e maiores as chances de obter um emprego com carteira, as taxas de participação no mercado de trabalho são mais elevadas, levando como consequência a uma maior taxa de não-freqüência à escola.

Finalmente, investigamos se as consequências da pobreza são diferenciadas por faixa etária, gênero e região metropolitana. Mostramos (a) que as crianças são mais afetadas pela pobreza do que os adolescentes, (b) que o bem-estar das meninas é tão sensível aos recursos econômicos dos seus pais e parentes quanto o bem-estar dos meninos e, (c) que, possivelmente, devido à melhor infraestrutura social em São Paulo, o bem-estar das crianças e adolescentes é menos dependente dos recursos de suas famílias nesta região do que em Fortaleza e Porto Alegre.

Cabe destacar que o fato da educação da mãe ser um mecanismo fundamental no processo de transmissão intergeracional da pobreza, é importante observar que as famílias pobres brasileiras não concentram os impactos da pobreza sobre os menores do sexo feminino. Assim, puramente do ponto de vista da transmissão da pobreza, é um fator positivo não termos no Brasil uma sensibilidade da evasão escolar aos recursos domésticos maior entre as meninas do que entre os meninos.

Referências Bibliográficas

BARROS, R.P. & MENDONÇA, R. (1990). *Determinantes da participação de menores na força de trabalho* (mimeo.).

——— *Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região metropolitana* (mimeo.).

MASTERS, S. H. (1990). The effect of family income on children's education some findings on inequality of opportunity. *The Journal of Human Resources*, v(IV), n.2. Spring 1969.

PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. Dissertação de Mestrado em Economia, São Paulo: USP/FEA.

SILVA, R. da , SABÓIA, A.L. & CASTELLO BRANCO, H. (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

Anexo 1

Tabela A-1

Distribuição da amostra por faixa etária, gênero e região metropolitana
— 1987 —

(%)

Região Metropolitana	Homem			Mulher		
	7 a 9	10 a 14	15 a 17	7 a 9	10 a 14	15 a 17
Fortaleza	328	491	294	362	531	307
São Paulo	557	820	441	584	789	485
Porto Alegre	419	567	341	449	610	311

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.